

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.591 - PR (2020/0273958-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E
OUTRO(S) - PE016983
AGRAVADO : CLACI VIANNA DO NASCIMENTO EMMEL
AGRAVADO : FERNANDO DO NASCIMENTO EMMEL
AGRAVADO : JESSICA LUANA DO NASCIMENTO EMMEL
ADVOGADO : MÁRIO CEZAR TOMAZONI - PR026812

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por CAIXA SEGURADORA S/A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DE VIDA. FALECIMENTO DO CÔNJUGE E PAI DOS AUTORES. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. RECURSO INTERPOSTO PELA SEGURADORA.

1. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE SENTENÇA EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE MAIOR INSTRUÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. APELANTE QUE SEQUER NÃO PLEITEOU A FUNDAMENTA SUA PRETENSÃO E QUE, DE TODO MODO, PRODUÇÃO DE PROVAS NO MOMENTO OPORTUNO.

2. ARGUMENTO DE AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NA ESFERA ADMINISTRATIVA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE SUA IMPRESCINDIBILIDADE OU DA SOLICITAÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO.

DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS REQUERENTES QUE SATISFATORIAMENTE COMPROVAM A SUA CONDIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS, SENDO INCONTROVERSA A OCORRÊNCIA DO SINISTRO.

3. APÓLICE QUE INDICA OS HERDEIROS LEGAIS COMO BENEFICIÁRIOS.

DEMANDANTES QUE OSTENTAM ESTA QUALIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

4. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 771 do CC, no que concerne à ausência de juntada da documentação referente ao sinistro, trazendo os seguintes argumentos:

Ocorre que, até o presente momento esta Cia. Recorrente não recebeu a documentação básica, contudo sem que haja a análise da documentação referente ao sinistro, fica esta Seguradora impossibilitada de regular e liquidar o evento danoso, sendo necessária a suspensão do processo de sinistro, o que não impede que, com a qualquer apresentação de documentação devida, o processo administrativo seja reaberto.

Dito, insta, ainda, consignar que as condições gerais do produto estabelecem que, para o pagamento da indenização é necessário o envio da documentação básica para análise do sinistro bem como documentos complementares para esclarecimentos sendo estabelecido o prazo de 30 dias após o envio de toda a documentação solicitada para a finalização da análise e pagamento de indenização, quando devida.

Nesse contexto, apesar de reiterada a solicitação de documentos, os beneficiários quedaram-se inertes, ou seja, não encaminharam a documentação necessária para análise e finalização do processo de sinistro.

Com efeito, é imperioso destacar os termos do artigo 72, § 1º e § 2º, da Circular nº 302 da SUSEP, visto que determina o prazo de 30 dias, a partir da entrega de todos os documentos, para o pagamento de indenização do evento coberto. Portanto, caso a documentação não seja encaminhada ou, caso haja solicitação de novos documentos, o prazo será suspenso.

[...]

Sendo assim, encontra-se latente a ofensa ao Art. 771 do CC, posto que cabe ao Segurado fornecer toda a documentação cabível para que a Seguradora possa regular o sinistro da forma correta, conforme consta das Condições Gerais do produto adquirido, já amplamente explicado em peça de bloqueio e recurso de Apelação. (fls. 342-344).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Analisando os autos, verifico que restaram incontroversos a contratação de seguro de vida com a requerida (mov. 1.16) e o falecimento do segurado, decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 28.06.2015 (mov. 1.13).

A seguradora alegou que não realizou o pagamento na via administrativa em razão da ausência da apresentação de

documentos, sendo este também o motivo de sua insurgência recursal, aduzindo que, dada a ausência deles, é indevida a cobertura securitária.

Contudo, observo que sequer indicou quais são os documentos faltantes para a análise da cobertura ou postulou sua apresentação nos autos processuais, não alegando qualquer outro óbice ao pagamento da indenização além da ausência da apresentação dos documentos na via administrativa.

Os autores comprovaram o protocolo de documentos nos Correios (mov. 1.15), tal como orientado pela seguradora, ao passo que a requerida não demonstrou que as correspondências enviadas solicitando complementação da documentação (mov 30.3 e 30.4, p. 06/07) foram, de fato, recebidas pela destinatária.

Ora, em se tratando de fato impeditivo do direito da parte autora, cabia à parte ré a demonstração de que o processo administrativo não teve continuidade por negligência dos autores, conforme previsão do art. 373, II, do CPC/2015, contudo, sequer apresentou cópia do processo administrativo ou dos documentos efetivamente apresentados pelos beneficiários, limitando-se a acostar cópias do Comunicado de Sinistro Unificado (mov. 30.4) e telas de seu sistema interno (mov. 30.5 e 30.6).

De outro vértice, verifico que estão presentes nos autos documentos suficientes para comprovar a qualidade de beneficiários dos autores (mov. 1.12 e 1.13), bem como a ocorrência de sinistro passível de cobertura de indenização por morte (falecimento do segurado em decorrência de acidente de trânsito – mov. 1.13 e 1.16), a qual restou incontroversa, de modo que é devido o pagamento da cobertura securitária aos autores.

[...]

Por outro lado, observo que a apólice indica como beneficiários os “herdeiros legais” (mov. 1.16), ou seja, os descendentes e a esposa, conforme art. 1.829, I, do Código Civil.

Portanto, a indenização securitária, devidamente acrescida dos consectários legais tais como fixados na r. sentença, haja vista a ausência de insurgência recursal neste ponto, deverá ser paga aos autores nos exatos termos determinados na origem (fls. 318-320).

Assim, Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP,

Superior Tribunal de Justiça

relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente